

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 434/XIV/1ª

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: A RESPOSTA À CRISE PANDÉMICA, SOCIAL E ECONÓMICA

A presente pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2 e a doença Covid-19 vitimou já centenas de milhar de pessoas no globo, acentuou as desigualdades sociais e teve como consequência a destruição de empregos e o abrandamento de vastos sectores da economia. A presente situação exige uma resposta sanitária que proteja a população, medidas sociais que garantam uma maior igualdade e resistência à crise e um relançamento da economia orientada por critérios de transição ecológica, criação de emprego e justiça social. A resposta à crise provocada pela pandemia deve igualmente responder aos problemas da crise climática e não repetir os erros que nos trouxeram esse problema de escala planetária.

A atual crise levou a uma redução das emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) em todo o planeta. Aliás, a diminuição abrupta do consumo de hidrocarbonetos levou a que a transação do petróleo tenha sido feita a preços negativos face à dificuldade de armazenamento.

De igual modo, a crise financeira de 2008 levou a uma redução das emissões de GEE nos países do norte global. A nível mundial, a quebra de emissões resultou na redução para metade do ritmo de crescimento desses países. No entanto, no período pós-crise financeira, ocorreu um rápido crescimento das emissões que compensou em grande medida a redução anterior. Este exemplo mostra-nos que se mantivermos o modelo económico inalterado, após o interregno de emissões durante as crises, continuam a persistir precisamente os mesmos problemas que trouxeram a emergência climática.

Acresce que as reduções de emissões de GEE durante a crise financeira e a crise atual são o resultado do crescimento do desemprego e do aumento das desigualdades sociais. É assim elucidativo que, para solucionar a crise climática, é essencial mudar o modelo de economia para salvaguardar o ambiente ao mesmo tempo que se garante justiça na economia. A saída da crise financeira já havia demonstrado que as políticas de empobrecimento do país através da austeridade foram não só erradas e injustas como também contraproducentes para ultrapassar a crise. Só foi possível a saída da crise com a recuperação de rendimentos do trabalho. A essa lição é preciso juntar agora a transformação ecológica.

O relançamento da economia deve ter como base a resposta à crise climática. Assim, os apoios públicos a empresas devem estar condicionados a critérios de necessidade ambiental, de melhoria ambiental das mesmas e de criação de empregos afetos à transição ecológica. Deve-se ainda ter em conta a especificidade do território nacional, distribuído por uma parte continental e duas regiões autónomas, e das comunidades emigrantes e imigrantes e a sua necessidade de conexão aérea, sendo a aviação um dos elementos de coesão territorial, mas sendo igualmente necessária uma descarbonização progressiva dessa indústria.

No investimento em empregos ligados à proteção da natureza e à sua recuperação, uma maior porção do investimento é direcionado para salários do que em casos da construção de grandes infraestruturas como aeroportos. E uma resposta ecológica à crise concebe a natureza como uma infraestrutura essencial ao país, ao planeta e ao seu desenvolvimento.

Este investimento no emprego tem retornos bastante importantes não só a nível económico, mas também ao garantir a preservação de zonas húmidas, florestas nativas e outros ecossistemas que ao longo dos séculos retiram carbono da atmosfera. É importante para a conservação da natureza e da biodiversidade e contribui para um equilíbrio ecológico que permite áreas-tampão para a subida do nível do mar, o controlo de pragas, a despoluição de cursos de água, a prevenção de incêndios e a redução dos riscos dos fenómenos climáticos extremos.

O tipo de trabalho necessário a estas tarefas é, em regra, desenvolvido ao ar livre e pode estar sujeito a regras de distanciamento físico pelo que, mais rapidamente, pode ser uma solução de relançamento do emprego em condições de segurança sanitária.

Por outro lado, avançar neste momento com a construção do aeroporto do Montijo é não só nocivo do ponto de vista ambiental por todos os motivos já aduzidos na discussão pública, como seria extemporâneo.

O Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social, a Escola Pública e os demais serviços públicos mostram-se absolutamente essenciais na resposta às várias dimensões da crise Covid-19. Perante uma crise com várias valências e ameaças, a sociedade é mais resiliente, mais segura e solidária com serviços públicos mais capacitados. É assim essencial o seu reforço, nomeadamente a nível de recursos humanos e de financiamento, de forma a aumentar a sua capacidade de resposta perante crises de várias tipologias, nomeadamente as decorrentes da emergência climática.

O vírus SARS-Cov-2 – à semelhança de outros vírus que recentemente afetaram a humanidade como o SARS, o MERS, a gripe das aves, a gripe suína– foi potenciado por problemas ambientais, nomeadamente a destruição de habitats, a captura de vida selvagem e a produção pecuária industrial massificada. Urge implementar um modelo económico que não dependa da extração e destruição contínua de ecossistemas e habitats para trazer novos e mais recursos para a economia. Ainda que a produção pecuária tenha normas que previnam o aparecimento de elementos nocivos, nomeadamente aos humanos, e que os contenham em caso de aparecimento. Ou seja, é necessário alcançar a soberania alimentar, através de uma produção agroalimentar mais localizada, menos massificada e com fontes mais diversificadas de proteína e que reduza também por essas vias a sua pegada de carbono para além de a tornar mais segura.

A crise pandémica colocou em evidência que a divisão internacional do trabalho atribuiu a um país, com uma vasta mão-de-obra, a produção de grande parte dos bens necessários de resposta à crise (materiais de proteção individual, ventiladores e outros). Esta divisão de produção baseia-se em critérios de acumulação de capital e não em servir as necessidades das populações desse país ou de outros. A suspensão da produção nessa zona afetou todo o globo com a escassez desses bens. Em períodos normais esta divisão de produção acarreta uma enorme mobilização de matérias-primas e de bens por transporte marítimo em distâncias continentais com um enorme custo ambiental. É necessário que a economia não se molde por estas necessidades de lucro e se adapte a servir as necessidades da sociedade e o faça com a menor pegada de carbono possível.

Nesse sentido é necessário um modelo de produção e consumo menos dependente de recursos e com circuitos de comercialização curtos.

A poluição atmosférica é a quinta principal causa de mortes prematuras em todo o planeta, registando 4,9 milhões de mortes. Em Portugal são cerca de 3.500 mortes por ano. Alguns estudos preliminares apontam indícios de que a má qualidade do ar possa agravar a propagação da Covid-19. Embora seja ainda prematuro tirar essa conclusão, a realidade é que a poluição atmosférica deteriora a saúde pública, causa mortes prematuras, e pode dificultar as condições de resposta a crises ambientais. A pausa criada pela presente crise fez descer drasticamente os níveis de poluição em várias cidades, também em Portugal. É importante que se implementem políticas para que esta redução seja estrutural.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 – Privilegie os apoios públicos a empresas de acordo com critérios de necessidade ambiental, de melhoria ambiental das mesmas e de criação de empregos afetos à transição ecológica e, no caso de micro, pequenas e médias empresas ter em conta as suas especificidades.

2 – Crie programas de emprego em setores públicos de energias renováveis, com vista à transição energética e a correspondente descarbonização da economia.

3 – Crie programas de empregos para a massificação dos transportes públicos, com prioridade para a ferrovia.

4 – Institua programas de criação de emprego, em condições de segurança sanitária, que tenham como objetivo a proteção da natureza, eliminação de infestantes, recuperação de ecossistemas sumidouros de carbono, despoluição de cursos de água e correspondente restauro da vegetação das suas margens.

5 – Reforce os serviços públicos, através de financiamento e recursos humanos, para uma maior capacidade de resposta e resiliência a crises de várias tipologias, nomeadamente as decorrentes da emergência climática.

6 – Implemente medidas de diminuição da poluição atmosférica, nomeadamente através da aposta em transportes públicos, modos ativos de transporte e normas mais exigentes para a indústria emissora de partículas finas poluentes.

7 – Promova um modelo económico internacionalmente solidário e aberto, que priorize os circuitos de comercialização curtos e a produção local.

8 – Implemente normas para uma produção agroalimentar tendo em vista a soberania alimentar, com circuitos de comercialização curtos e locais, com fontes diversificadas de proteína, tornando-a menos intensiva na emissão de carbono, e com critérios de segurança alimentar e mais segura relativa à propagação de agentes patogénicos.

9 – Promova normas e mecanismos para um modelo de desenvolvimento que proteja e recupere os ecossistemas, o equilíbrio ecológico e não dependa da sua destruição e extração para integrar continuamente recursos na economia.

10 – Anule a construção do aeroporto do Montijo.

Assembleia da República, 8 de maio de 2020.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Nelson Peralta; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Jorge Costa; Alexandra Vieira;

Beatriz Dias; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; Joana Mortágua; João Vasconcelos;

José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro;

Maria Manuel Rola; Moisés Ferreira; Ricardo Vicente; Sandra Cunha; Catarina Martins